

## REPENSANDO AS AULAS DE PORTUGUÊS: uma análise de um livro didático

Walquiria Pereira da Silva Dias; Lília Ferreira da Luz; Joselina Almeida Diniz Cardoso;  
Teresa Cristina Lafontaine

*Universidade Federal do Maranhão, [wal\\_ps10@hotmail.com](mailto:wal_ps10@hotmail.com)  
Faculdade Pitágoras do Maranhão, [liliandaluz@hotmail.com](mailto:liliandaluz@hotmail.com)  
Faculdade Pitágoras do Maranhão, [joselinadiniz@hotmail.com](mailto:joselinadiniz@hotmail.com)  
Universidade Federal do Maranhão, [teresa\\_artur@hotmail.com](mailto:teresa_artur@hotmail.com)*

**Resumo:** Ensinar língua portuguesa é um desafio e não há uma fórmula mágica que garanta o aprendizado satisfatório. Esse desafio torna-se mais árduo diante da carência de investimentos estruturais do sistema educacional brasileiro e da falta de motivação dos alunos diante da disciplina. Diante disso, mesmo que busquemos novas metodologias, o livro didático ainda é um dos recursos mais utilizados, portanto, é relevante pensarmos quais livros adotar, conforme as necessidades dos professores e dos discentes. Nessa pesquisa, buscamos responder às seguintes indagações: quais as concepções teóricas permeiam os livros didáticos e como esses aportes influem na prática docente? Considerando que as escolhas dos recursos didáticos refletem ideais teóricos, o presente artigo vem apresentar discussões acerca dos livros didáticos adotados nas escolas voltados ao ensino de língua portuguesa, tendo como base uma abordagem discursiva da língua. Para tanto, partimos de uma reflexão acerca das concepções de língua e linguagem, na qual lançamos mão também da análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Após um breve passeio pela fundamentação teórica, apresentamos, para uma melhor visualização da problemática traçada, uma análise de um livro didático, publicado no ano de 2000, com foco nas concepções de linguagem e de ensino de língua portuguesa, tendo em vista as atividades e os conteúdos abordados. Nessa esteira, intuímos contribuir para reflexões acerca das aulas de português, bem como visamos instigar uma práxis pedagógica que seja significativa aos educandos e aos professores. Diante dessa pesquisa, afirmamos que as aulas de português, tomadas como prática educativa e veículo de desenvolvimento da cidadania, são frutos de reflexões e adaptações constantes. Trata-se de pensar a língua como prática social imbuída de poder.

**Palavras-chave:** Língua, Linguagem, Ensino, Língua Portuguesa, Livro didático.

### 1 INTRODUÇÃO

O ensino de Língua Portuguesa foi e ainda é considerado como fonte de aprendizado das regras gramaticais. As aulas de português não são as preferidas da maioria dos alunos, diante de tantas outras disciplinas. Além disso, no sistema educacional brasileiro, os professores veem-se diante de uma série de fatores que interferem diretamente no processo de ensino-aprendizagem eficaz: currículo, documentos legais, carga horária, estrutura e recursos escolares, realidade social dos discentes, necessidade de formação continuada, deficiência no processo de formação inicial (graduação), enfim, aspectos que se modificam dependendo da realidade de cada professor.

Somando-se a todos estes fatores, ainda nos deparamos com vieses teóricos diversificados que permeiam a área do ensino de línguas. Se, por um lado, podemos focar numa concepção estruturalista, cujo objeto centra-se no sistema

linguístico fechado em si mesmo, por outro, podemos ultrapassar os limites da estrutura e considerar os interlocutores e a exterioridade sócio histórica.

Nessa perspectiva, considerando que as escolhas dos recursos didáticos refletem ideais teóricos, o presente artigo vem apresentar discussões acerca dos livros didáticos adotados nas escolas voltados ao ensino de língua portuguesa. Para tanto, partimos de uma reflexão teórica acerca das concepções de língua e linguagem, na qual lançamos mão também da análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Após um breve passeio pela fundamentação teórica, apresentamos, para uma melhor visualização da problemática traçada, uma análise de um livro didático com foco nas concepções de linguagem e de ensino de língua portuguesa, tendo em vista as atividades e os conteúdos abordados.

Com esta pesquisa, intuímos contribuir para reflexões acerca das aulas de português, bem como visamos instigar uma práxis pedagógica que seja significativa aos educandos e aos professores. Afinal, o livro didático é apenas um diante de uma variedade de recursos e, acima de tudo, da visão do professor acerca do ensino de língua.

## **2 O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NOS MEANDROS TEÓRICOS**

Ensinar língua portuguesa não se traduz em entrar numa sala de aula e seguir as orientações do livro didático (quando há livros didáticos). Outras questões são norteadoras dessa prática. A primeira delas é a concepção de língua e linguagem: linguagem como expressão de pensamento e língua como sistema de normas; linguagem como instrumento de comunicação e língua ainda como sistema de signos; e linguagem como interação, sendo a língua o reflexo do social (FERNANDES, 2004).

A linguagem como expressão do pensamento considera o fato linguístico como racional, ato individual. A língua, assim, é um sistema de regras, gramática normativa a ser internalizada e seguida por um sujeito psicológico. Nessa concepção, o texto é produto do pensamento de um autor, não havendo interação com o leitor (FERNANDES, 2004).

Pensar na linguagem enquanto instrumento de comunicação é pensar na língua como sistema social que se impõe ao indivíduo. O texto, desse modo, é produzido por um sujeito assujeitado a esse sistema e produto que será decodificado por um leitor. Ambos, autor e leitor, são determinados pelo conhecimento do código linguístico (FERNANDES, 2004).

Tendo em vista as duas primeiras concepções, afirmamos que o ensino de língua portuguesa nesses vieses caracteriza-se como tradicional, no qual o conteúdo é o foco e o aluno um depósito de informações, necessitando dominar a língua escrita. O estudo da língua limita-se às regras, isoladas dos usos práticos sociais.

Historicamente, o ensino da gramática normativa perdurou até os anos 1960. Daí em diante, dividiu espaço com as concepções teóricas da linguística. O viés normativo prima pela prescrição e ignora a heterogeneidade. De acordo com Gregolin (2007, p. 61-62),

A gramática normativa é a língua. Evidentemente, ensinar língua portuguesa, a partir desse conceito, é ensinar a língua homogênea expressa pela gramática e sua norma culta, desconsiderando sua heterogeneidade. É ensinar o culto, desprezando tudo que é considerado inculto. Essa língua da gramática, ensinada na escola, é vista como um objeto abstrato para estudo da sua estrutura, para decoração das regras, para interiorização da norma culta. Entre a língua da escola e a língua da vida, há um fosso intransponível.

Diferentemente, a terceira concepção de linguagem direciona para uma interação entre autor e leitor. Dessa forma, “[...] a linguagem é lugar de interação humana, como o lugar de constituição de relações sociais” (FERNANDES, 2004, p.8). Os sujeitos envolvidos (autor e leitor), bem como o texto, são frutos das interações sociais.

Nessa perspectiva da linguagem, o ensino de língua portuguesa é voltado à compreensão da língua nas situações reais em que ocorre. Os discursos e as condições de produção dos variados textos são, e devem, ser levados em consideração. O aluno passa de mero reprodutor de conteúdo para construtor do seu próprio discurso numa ação em que seu conhecimento de mundo é alicerce para a apreensão da língua. Isso significa que:

[...] os textos são produzidos por interlocutores situados histórica e socialmente, de que os discursos veiculam os valores, as ideologias de uma sociedade. Produzir sentidos é, então, ocupar uma posição, tornar-se sujeito de um dizer frente a outras vozes. (GREGOLIN, 2007, p. 69).

Essas diferentes visões teóricas permeiam os documentos reguladores do ensino de língua portuguesa, dentre eles os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Os PCN trazem em sua base a concepção interacionista, considerando a linguagem como atividade discursiva. Segundo este documento, o sistema linguístico traz significados culturais conforme os momentos históricos (BRASIL, 1997).

Como nos afirma Antunes (2003), os PCN centram-se no uso da língua e na reflexão sobre esse uso, sendo a língua instrumento de participação social.

Nos moldes dos PCN, o texto é fruto de uma atividade discursiva construído no fio da intertextualidade. Além disso, os gêneros discursivos são objeto de estudo no ensino da língua portuguesa, assinalando, mais uma vez, a perspectiva sociointeracionista (BRASIL, 1997). Ensinar português, então, delinea-se num tripé: aluno, língua e ensino.

O primeiro elemento dessa tríade, o aluno, é o sujeito da ação de aprender, aquele que age sobre o objeto de conhecimento. O segundo elemento, o objeto de conhecimento, é a Língua Portuguesa, tal como se fala e se escreve fora da escola, a língua que se fala em instâncias públicas e a que existe nos textos escritos que circulam socialmente. E o terceiro elemento da tríade, o ensino, é, neste enfoque teórico, concebido como a prática educacional que organiza a mediação entre sujeito e objeto do conhecimento. Para que essa mediação aconteça, o professor deverá planejar, implementar e dirigir as atividades didáticas, com o objetivo de desencadear, apoiar e orientar o esforço de ação e reflexão do aluno. (BRASIL, 1997, p. 25).

Todas as definições teóricas explicitadas parecem ser fáceis de aplicar, condizentes com a prática pedagógica. Todavia, sabemos que não é bem assim. O ensino de língua portuguesa ainda se apresenta enfadonho e sem motivações aos alunos. Apesar de tantas mudanças no ensino da língua, as experiências em sala de aula ainda refletem um ensino normativo (ANTUNES, 2003).

Além disso, os professores veem-se diante da exigência de utilização do livro didático, que se apresenta como recurso principal e orientador das aulas. Nesse sentido, uma análise dos livros didáticos – suas atividades, seus textos, seus conteúdos – traz reflexões sobre os objetivos do ensino de língua portuguesa, bem como da concepção de ensino e de aluno que se quer formar.

Nesse ponto, perguntemo-nos: até que ponto o livro didático responde à necessidade de formar leitores que sejam autores do seu próprio discurso? Afinal, a educação escolar é um ato com função social e política. Necessário se faz aceitar o “[...] desafio de rever e de reorientar a nossa prática de ensino da língua” (ANTUNES, 2003, p. 37).

### **3 O LIVRO DIDÁTICO EM QUESTÃO**

Para nossas análises, selecionamos o livro *Descobrimo a Gramática* (2000), dos autores Gilio Giacomozzi, Gildete Valério e Cláudia Reda Fenga, cujo público são os alunos da 5ª série (atual 6º ano). O referido material é dividido em 22 lições, organizadas com uma linguagem diversificada e de fácil leitura.

Um ponto a ser frisado é quanto à editora: FTD. Sabemos que esta editora não traz as mesmas concepções nos materiais mais atuais, ou seja, muitas mudanças já ocorreram em suas edições, até para responder aos anseios da sociedade quanto aos objetivos educacionais. No entanto, vale frisar que o Grupo Marista está nas bases fundantes da FTD, inferindo uma educação cristã, tradicional. Esse aspecto é visível no livro didático que analisamos, com foco num ensino conteudista e uso de textos diversos, mas direcionados à apreensão do conteúdo normativo da língua portuguesa.

Conforme frisado no tópico anterior, a concepção de língua acompanha a história. No entanto, os aspectos históricos foram ignorados. Cabe aqui situar o leitor, mesmo que brevemente, para o contexto histórico que caracteriza o período em que o livro foi publicado.

A década de 2000 apresentou uma economia mundial favorável. A economia brasileira acumulou mais reservas do que dívida externa. Em 2001, o mundo voltou os olhos para o atentado terrorista das Torres Gêmeas. 2002 e 2006 foram históricos para a política brasileira: a eleição da esquerda, representada pelo ex-presidente Lula. Nesse entremeio, o mensalão marcou-se como um dos maiores casos de corrupção do Brasil. Em 2005, a comunidade católica perdeu seu maior representante, o papa João Paulo II. Ainda no âmbito religioso, em 2007, recebemos a visita do papa Bento XVI.

Esses são apenas exemplos de acontecimentos que movimentaram a história e que, pela dinâmica do livro didático em questão, não puderam ser discutidos, seja porque foram posteriores ao ano 2000, seja porque os tipos de atividades não permitem o diálogo com o contexto social e histórico. Sendo assim, podemos afirmar que o livro traz características da concepção de ensino de língua direcionado à comunicação (figuras 1 e 2), apresentando atividades de repetição (SALZANO, 2004) (figura 3).

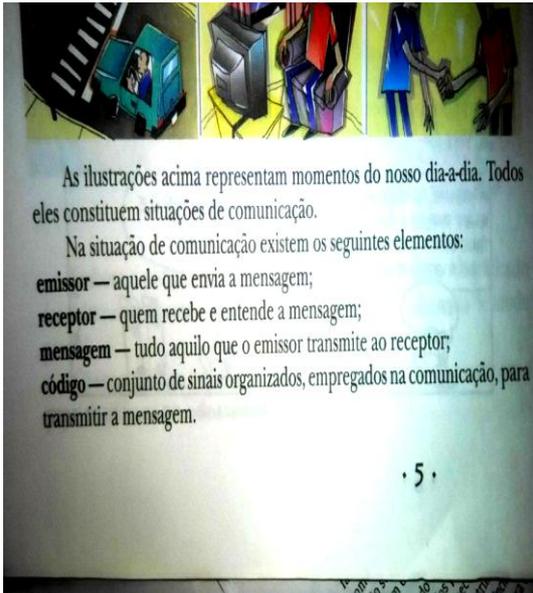


Figura 1 (GILIO et al, 2000).

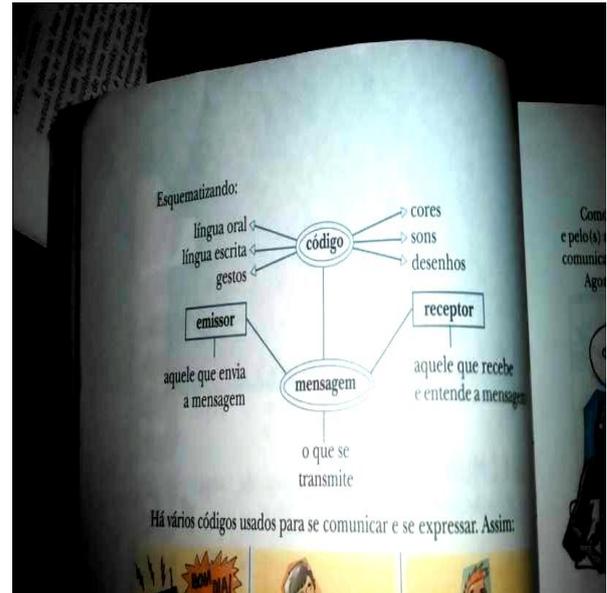


Figura 2 (GILIO et al, 2000).

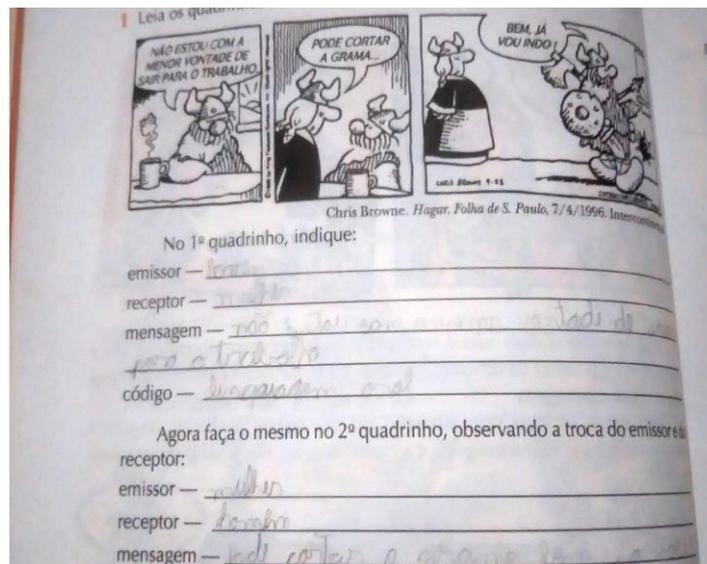


Figura 3 (GILIO et al, 2000)

Por outro lado, os autores também trazem a visibilidade para a diversidade linguística (figuras 4 e 5), inserida no mapa dos estudos linguísticos pela sociolinguística na década de 1980 (GREGOLIN, 2007).

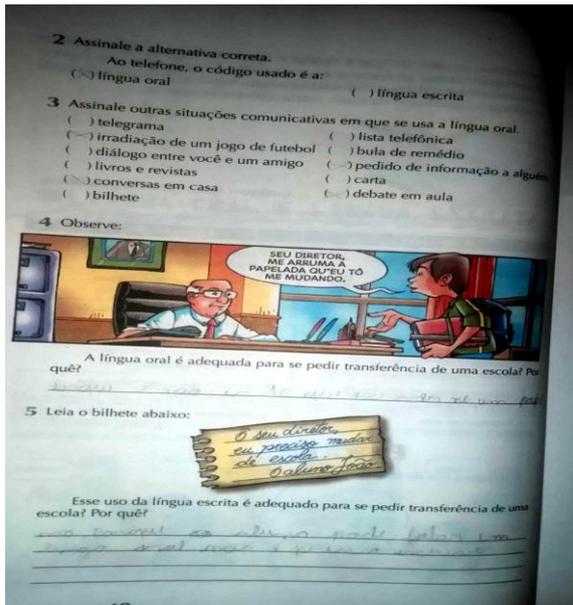


Figura 4 (GILIO et al, 2000).

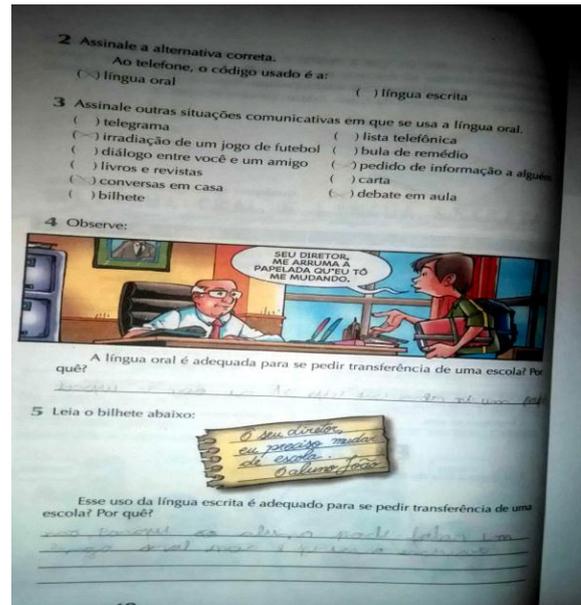


Figura 5 (GILIO et al, 2000).

No geral, afirmamos que a concepção de língua e linguagem centra-se na linguagem como instrumento de comunicação e na língua como um sistema fechado em si mesmo, isto é, uma visão estrutural da língua, não havendo relação com outros fatores da exterioridade que a constituem, como exemplificamos com o exercício estrutural (SALZANO, 2004) a seguir (figura 6).

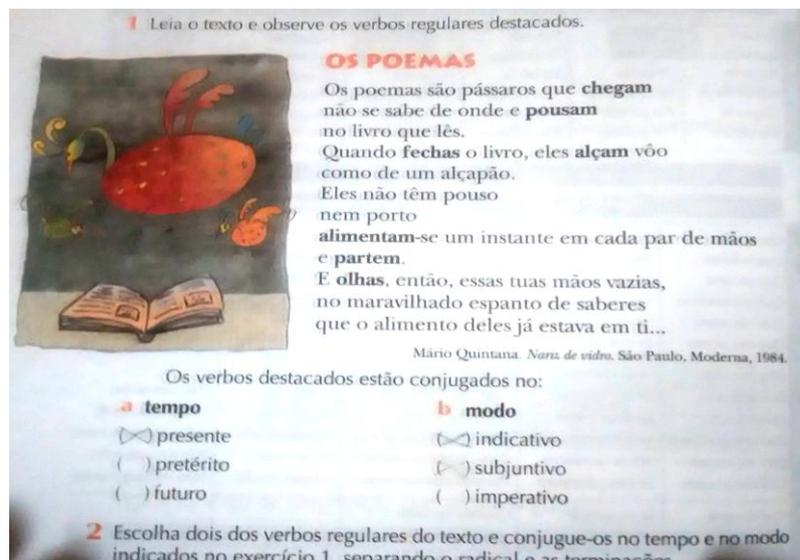


Figura 6 (GILIO et al, 2000).

A partir dessa atividade (figura 6) podemos pensar na concepção de leitura dos autores. Notem que se trata de um poema, com o qual diversas atividades de leitura (inclusive leitura de mundo) poderiam ser propostas aos discentes. O poema

é de autoria de Mário Quintana, um dos expoentes da literatura brasileira e com ele outras atividades poderiam ser desenvolvidas aliando-se linguística, literatura, história, enfim, outros conhecimentos que somam à bagagem dos alunos. Porém, tudo isso foi deixado de lado num ensino do código pelo código, ou seja, tudo está dito no dito.

Vejamos mais alguns exemplos dessa concepção estrutural da língua (figura 7 e 8).

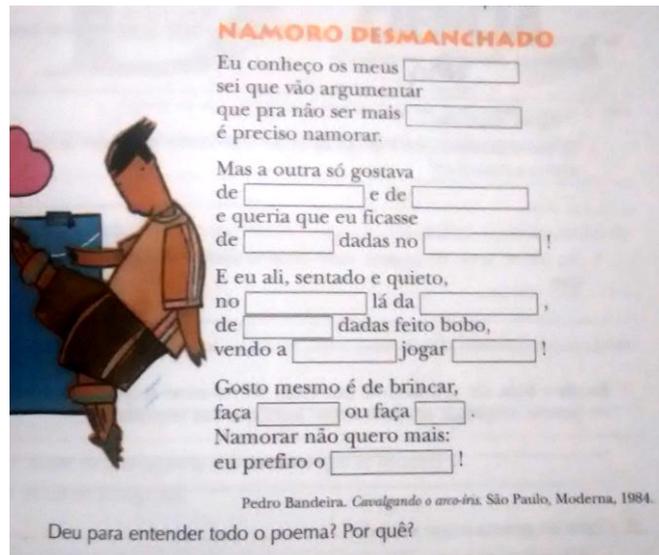


Figura 7 (GILIO et al, 2000).

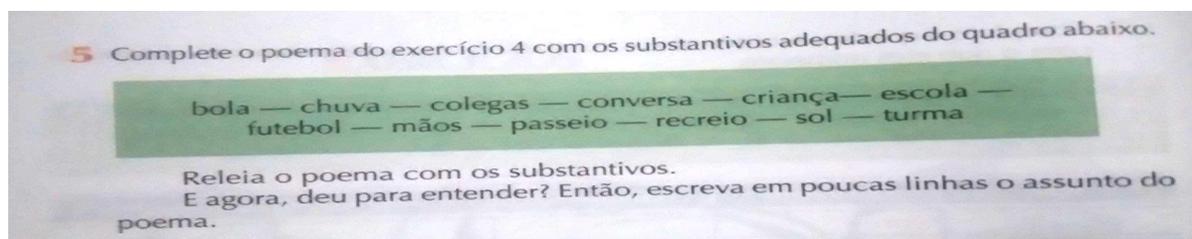


Figura 8: referente ao poema da figura 7 (GILIO et al, 2000).

## 4 CONCLUSÕES

As análises empreendidas permitem-nos afirmar que o livro Descobrimo a gramática (GILIO et al, 2000) traz uma perspectiva nomeadora e classificatória. Durante o manuseio do referido material não observamos quaisquer atividades ou explicações direcionadas à linha interacionista da língua, portanto, não converge para uma abordagem discursiva.

O texto é instrumento para o estudo das noções gramaticais. A gramática, assim, é descontextualizada do uso social da língua, sendo aplicadas atividades de mera repetição e memorização. Nesse caso, prevalece um ensino tradicional, no qual o aluno já tem tudo

pronto e acabado. Além disso, os conteúdos não são palpáveis e significativos.

Os professores que utilizaram (acreditamos que o livro não é mais adotado) o livro didático de nossas discussões possuem uma noção dessas concepções que aqui traçamos? Ou apenas põem em prática sem questionar os objetivos das aulas de português e a intrínseca relação com a escolha dos recursos didáticos? Ensinar língua portuguesa para quê? Como nos fala Irandé Antunes:

Aulas de português, perguntemo-nos todos os dias: a favor de quem? A favor de quê? Se as pessoas não ficam mais capazes para – falando, lendo, escrevendo e ouvindo - atuarem socialmente na melhoria do mundo, pela construção de um novo discurso, de um novo sujeito, de uma nova sociedade, *para que aulas de português?* (ANTUNES, 2003, p. 176).

Diante dessa pesquisa, afirmamos que as aulas de português, tomadas como prática educativa e veículo de desenvolvimento da cidadania, são frutos de reflexões e adaptações constantes. Trata-se de pensar a língua como prática social imbuída de poder.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** língua portuguesa. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

FERNANDES, N. M. Concepções de Linguagem e o ensino/aprendizagem de Língua Portuguesa. **Interletras Dourados**, Unigran, 2004.

GILIO, Giacomozzi; VALÉRIO, Gildete; FENGA, Cláudia Reda. **Descobrimo a gramática**. São Paulo: FTD, 2000.

GREGOLIN, Maria do Rosário. O que quer, o que pode esta língua? Teorias linguísticas, ensino de língua e relevância social. In: FARACO, Carlos Albero [et al]. **A relevância social da linguística:** linguagem, teoria e ensino. São Paulo: Parábola; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. p. 51-78.

IRANDÉ, Antunes. **Aula de português:** encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

SALZANO, Josefa Tapia. Análise de um livro didático em língua portuguesa. **Integração**, n. 42, ano x, jul-ago-set, 2004, p. 285-293.